

Ceterpo confirma paralisação

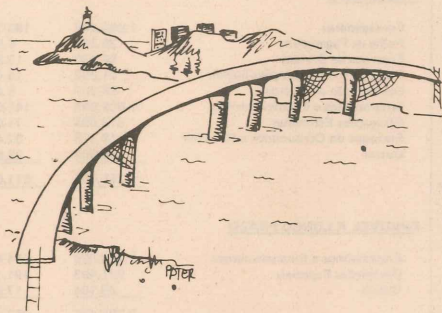
A112 621

Até o final deste mês, o quadro de operários que trabalham nas obras da Terceira Ponte será reduzido a zero, ficando apenas o pessoal administrativo. A informação foi dada ontem pelo presidente da Companhia de Exploração da Terceira Ponte (Ceterpo), João Luiz Tovar, garantindo que a obra vai parar definitivamente caso o governo federal não libere, pelo menos, os Cz\$ 800 milhões necessários para saldar parte da dívida junto às empreiteiras.

Segundo Tovar, tanto a Odebrecht quanto a Usimec, principais empreiteiras da obra, terão que zerar seu quadro de funcionários até que a situação financeira seja resolvida possibilitando, assim, a retomada dos trabalhos. Lembrou que a Odebrecht, responsável pelos acessos e pavimentação do vão central, já reduziu de 600 para 300 o total de funcionários sendo que os que possuem mais de um ano de casa estão sendo colocados em férias coletivas. A Usimec, responsável por toda a estrutura metálica, praticamente já terminou os trabalhos faltando concluir apenas o serviço de pintura do vão central. A empreiteira, segundo Tovar, conta com um média de 100 homens em campo que terão que ser dispensados.

O presidente da Ceterpo disse

A Usimec e a Odebrecht vão zerar seus quadros de funcionários até o final do mês e paralisar a obra



ainda que o prejuízo maior da paralisação é para a população, que deixará de utilizar logo a ponte, e o Estado que está pagando juros do financiamento tomado junto ao BNDES e ao Finame, num total de 4.260 milhões de OTN's: "Com a ponte não sendo inaugurada, o Estado está deixando de gerar receita de pedágio que daria para amortizar o financiamento". As obras da Terceira Ponte vão ser para-

lisadas pela segunda vez por falta de recursos. Iniciada em 1979, parou em 1981 sendo retomada em janeiro de 1985.

MULTAS

Luiz Tovar antecipou que a paralisação da obra, caso não seja remetido o dinheiro pelo governo federal, não acarretará nenhum ônus ao Estado no que se refere a possível pagamento de multa junto às empreiteiras. A explicação é que o contrato garante às empreiteiras a paralisação da obra por falta de pagamento das faturas, que hoje chega a um total de Cz\$ 1,2 bilhão mas não prevê que o Estado pague multa pela paralisação por falta de pagamento: "O único ônus que o Estado tem é o débito com o serviço executado pelas empreiteiras", afirmou.

Tanto o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil quanto dos Metalúrgicos estão prevendo demissões em massa. Na construção civil as homologações de rescisões de contrato já chegam a 159 e quanto aos metalúrgicos, a Usimec ainda não informou ao sindicato sobre as demissões coletivas, mas a expectativa é de que se o governo federal não repassar os recursos, as dispensas terão que ser feitas.

Max espera solução do governo federal

O governador Max Mauro reafirmou que a responsabilidade da continuidade das obras da Terceira Ponte é do governo federal e que está na expectativa de que o presidente José Sarney cumpra logo o seu compromisso assumido de público, de que a obra não seria paralisada de forma a não permitir a totalidade da dispensa dos empregados das empreiteiras.

Max Mauro lembrou que no acordo firmado entre o governo do Estado e a União que possibilitou o reinício das obras, o governo federal se comprometeu a repassar os recursos necessários para a conclusão da obra mas que, no entanto, não vem cumprindo com sua parte, ao contrário do Estado que tomou o financiamento junto ao BNDES e ao Finame para investir na obra, afirmou Max.

Para o governador, compete ao governo federal concluir a obra reafirmando que o que tem feito é cobrar do presidente José Sarney o que foi prometido. Com relação às demissões que vão ocorrer até o final do mês, o governador revelou que este não é o seu desejo, mas que o Estado não tem, de imediato, condições para assumir a conclusão da obra. Lembrou ainda que está acionando os parlamentares capixabas no sentido de que eles endossem o pedido junto ao presidente da República.